



Tribuna

Metalúrgica

ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791



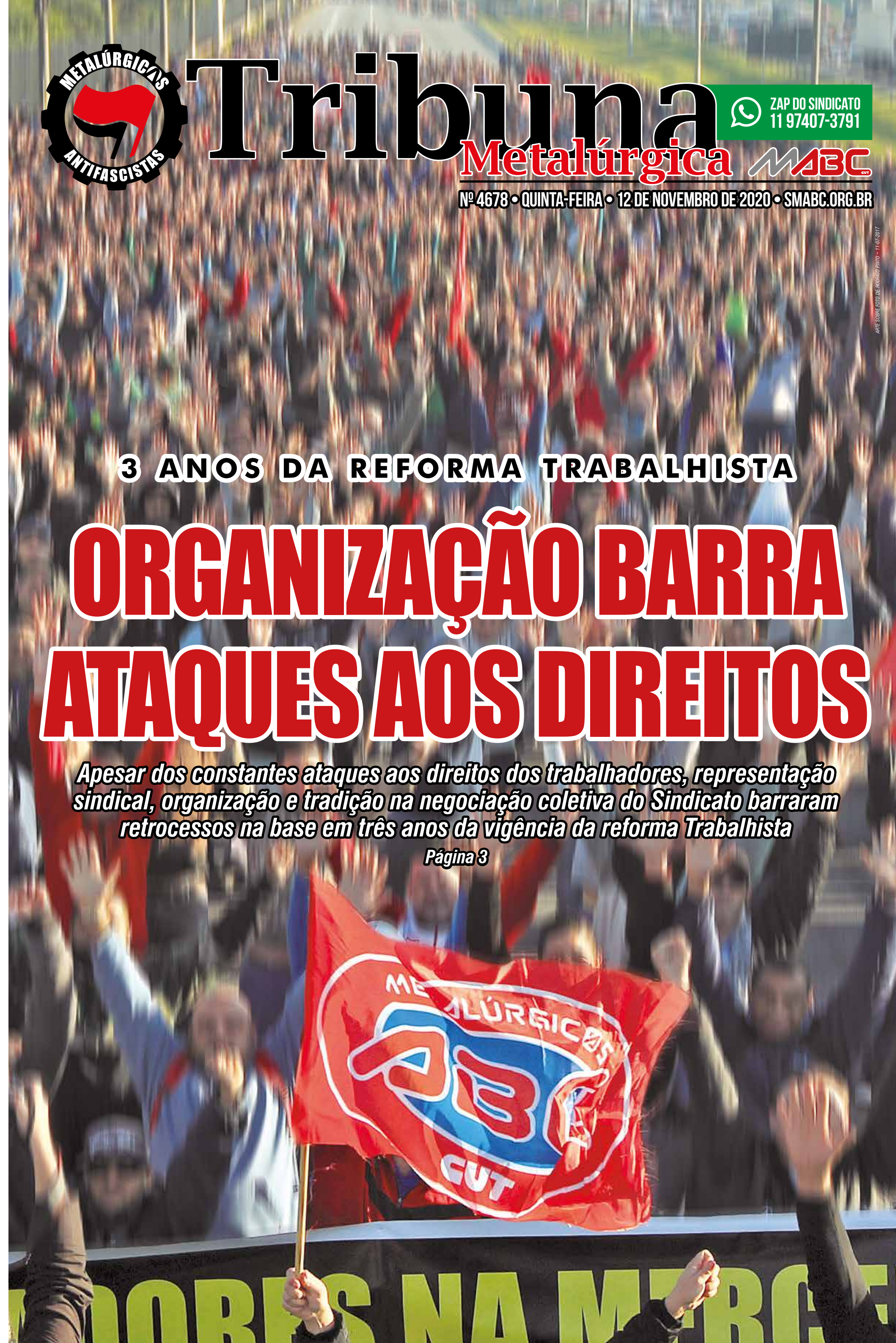
Nº 4678 • QUINTA-FEIRA • 12 DE NOVEMBRO DE 2020 • SMABC.ORG.BR

3 ANOS DA REFORMA TRABALHISTA

ORGANIZAÇÃO BARRA ATAQUES AOS DIREITOS

Apesar dos constantes ataques aos direitos dos trabalhadores, representação sindical, organização e tradição na negociação coletiva do Sindicato barraram retrocessos na base em três anos da vigência da reforma Trabalhista

Página 3



“TEMOS QUE SEGUIR ATENTOS E MOBILIZADOS ATÉ REVERTER ESSA REFORMA”

Negociações e organização evitaram ataques da reforma Trabalhista na base, mas contratos precários são realidade no país

Nesta semana em que a reforma Trabalhista completa três anos de vigência no país, a Tribuna trata dos principais temas para a classe trabalhadora e da importância de ter um sindicato forte e organizado para combater os ataques aos direitos e à organização dos trabalhadores desde o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016.

Sob falsas promessas de geração de milhões de empregos, como tratou o Editorial na edição de ontem, o resultado é que o Brasil vive hoje um cenário ainda pior de crise econômica, política, de ameaças à democracia e ausência de uma política industrial. Somado à pandemia da Covid-19, há recordes de desemprego, que chegou a cerca de 14 milhões, aumento da informalidade, precarização nos contratos de trabalho e diminuição da renda no país.

“A reforma Trabalhista não chegou de forma expressiva

aqui nesses três anos porque temos organização e respaldo da base. Isso é fundamental para barrar as tentativas de retirada de direitos que estamos sofrendo”, destacou o diretor executivo do Sindicato, Aroaldo Oliveira da Silva.

“A reforma começou a atingir as categorias menos organizadas, o risco é virar algo comum até chegar com força aqui”
Aroaldo Oliveira da Silva

“Temos combatido fortemente essa reforma, que foi feita para atender exclusivamente aos interesses dos patrões. Ela liberou uma série de contratos precários, de jornadas extensas e redução de direitos. Também só interessa aos patrões o



enfraquecimento dos sindicatos e a negociação individual com o trabalhador, para fazer o que quiserem. Desde 2017, temos feito a resistência e conquistamos negociações coletivas para barrar os efeitos da reforma na base”, lembrou.

Na própria Campanha Salarial de 2017, houve a conquista de Convenções Coletivas de Trabalho com uma ‘vacina’ contra a reforma Trabalhista e a terceirização irrestrita nas negociações da FEM/CUT (Federação Estadual dos Metalúrgicos da

CUT). Nos grupos patronais que não fecharam Convenção, o Sindicato negociou por empresa, com a vinda de representantes das fábricas para assinar os acordos na Sede.

A reforma libera o negociado sobre o legislado, ou seja, a negociação vale mais do que a lei. O Sindicato apoia as negociações, desde que sejam para melhorar as condições de trabalho.

“Mesmo assim, temos que seguir atentos e mobilizados até reverter essa reforma. Há um massacre nos direitos e nas condições de trabalho no Brasil. A reforma começou a atingir as categorias menos organizadas, o risco é virar algo comum até chegar com força aqui. Por mais que tenhamos conseguido barrar a reforma, já estão aparecendo os primeiros casos na base. A nossa luta tem que estar fortalecida para evitar qualquer retrocesso”, afirmou Aroaldo.

MEDIDA CRIA CARDÁPIO DE CONTRATOS PRECÁRIOS

A reforma Trabalhista trouxe um cardápio de contratos precários no país e ampliou a flexibilização da jornada de trabalho.

Levantamento feito pela Subseção Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) dos Metalúrgicos do ABC mostra que a reforma Trabalhista já impacta negativamente no mercado de trabalho.

Trabalho intermitente

No contrato intermitente, conhecido como ‘zero hora’, o trabalhador fica à disposição da empresa e só recebe quando for convocado, sem ter renda mensal nem jornada mínima definidas. Foi a oficialização do “bico” como opção de trabalho formal, com precarização de trabalho e de vida.

A justificativa do governo para esse tipo de contratação era que levaria as empresas a assinar a carteira dos trabalhadores. Mas isso não aconteceu.

“A reforma Trabalhista atingiu primeiro os trabalhadores em condições de vulnerabilidade, com salários mais baixos e que já eram afetados pela alta rotatividade. As contratações de até 12h semanais deixam o trabalhador com insegurança na jornada e instabilidade de renda. Ou vai comer ou vai pagar aluguel, não tem a possibilidade de organizar a sua vida familiar. Isso já é realidade hoje no país. Querem atacar os sindicatos para fazer esse tipo de contrato”, explicou o diretor executivo, Aroaldo Oliveira da Silva.

Entre 2017 e setembro de 2020, um total de 1.476.187 trabalhadores iniciaram suas atividades profissionais por meio de contratações intermitentes no Brasil. Somente em 2019, ocorreram 632,9 mil nessas modalidades, ou seja, de todas as contratações com carteira assinada realizadas no país, 4% são de postos

de trabalho intermitentes. Ao fim de 2019, 45,4% do total eram de jornadas até 12h semanais.

Em 2019, as ocupações que mais tiveram contratos intermitentes foram vendedores, trabalhadores em construção civil, escriturários, administração e conservação de edifícios, hotelaria e alimentação, condutores de veículos, serviços de proteção e segurança, entre outras.

Na base, 89 trabalhadores tinham contratos nessa modalidade em dezembro de 2019, 0,1% do total, sendo que 61% estavam em postos de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

Contrato parcial

Ampliou a jornada de trabalho parcial de 25h para 30h semanais. Em contratos de até 26h semanais é permitida até 6h extras. A jornada parcial é só 27% menor do que a jornada integral, o que torna mais atrativo para a empresa substituir trabalhadores em tempo integral por tempo parcial e precarizar o trabalho.

A estimativa de contratos parciais no Brasil é de 404,3 mil pessoas (setembro 2020). Os trabalhadores com contratos parciais passaram de 4% em 2017 para 13% em 2019

na indústria de transformação. No comércio, de 14% para 19%. Na construção civil, de 1,3% para 2,2% do total. Os dados desagregados por setor se limitam a dezembro de 2019.

Desse total, 12% dos trabalhadores cumprem jornadas de até 15h na semana; 23% de 16h a 20h; 40% de 21h a 30h.

Jornada 12x36

Permite a jornada de 12h diárias seguidas por 36h de descanso por acordo individual. Não tem direito a descanso ou alimentação no meio da jornada, o que aumenta o risco de acidentes de trabalho.

Terceirização irrestrita

A reforma liberou a terceirização na atividade-fim, que é aquela ligada ao negócio principal da empresa. Por exemplo, em uma montadora, a atividade-fim é a produção de veículos. Limpeza e segurança são atividades-meio, de apoio.

Segundo pesquisa do Dieese, os salários dos terceirizados são, em média, 25% mais baixos que os dos contratados diretos. A carga semanal é superior em três horas, em média, e a rotatividade é alta.



CONFIRA MAIS PONTOS DA REFORMA:

Demissão por acordo com trabalhador

A nova legislação permitiu que haja acordo de desligamento entre trabalhador e empregador. O principal problema é que nesses casos o trabalhador vai ser chamado para abrir mão de algum direito, de parte da multa e do FGTS, nunca para receber mais.

De acordo com a Subseção Dieese no Sindicato, a modalidade tem sido utilizada e já representa 1,2% do total dos desligamentos. Entre 2017 e setembro de 2020 foram 524,3 mil desligamentos no país. O ano de 2019 foi responsável por 56% desse total.

Na base do Sindicato, foram 183 desligamentos nessa modalidade em 2019.

Homologação

A reforma liberou a rescisão de contrato sem o acompanhamento do sindicato. O trabalhador fica à mercê da empresa e não tem a garantia de que todos os seus direitos são garantidos.

Ultratividade

Derruba a garantia de que o acordo coletivo permaneça em vigor até que haja um novo acordo. Isso significa que, acabando o prazo determinado no acordo, as garantias dos trabalhadores estão suspensas.

Justiça injusta

Um dos impactos da reforma foi a queda no número de ações trabalhistas. Isso porque, se perder a ação, o trabalhador tem que pagar os honorários e as custas processuais da parte vencedora. O acesso à justiça gratuita ficou mais difícil. Também houve limitação no valor da indenização por dano moral. Entre 2017 e 2018, o volume de processos abertos caiu 34%, segundo os dados do Tribunal Superior do Trabalho.

Rendimentos

A renda média do trabalhador com carteira assinada no Brasil caiu 6,4% entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019, de R\$ 3.080 para R\$ 2.882, de acordo com levantamento da Subseção Dieese.



PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO DEVE INJETAR R\$ 215 BILHÕES NA ECONOMIA DO PAÍS

Até dezembro de 2020, o pagamento do 13º salário tem o potencial de colocar cerca de R\$ 215 bilhões na economia brasileira, de acordo com estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

No total, cerca de 80 milhões de brasileiros serão favorecidos com o benefício. A média do valor é de R\$ 2.458. Entram na conta trabalhadores do mercado formal, beneficiários da Previdência Social e aposentados e beneficiários de pensão da União, estados e municípios.

Segundo o Dieese, a projeção é do volume total de 13º salário que entra na economia ao longo do ano e não, necessariamente, nos dois últimos meses de 2020. Entretanto, o princípio é que a maior parte do valor referente ao 13º seja paga no final do ano.

O setor de serviços, incluindo a administração pública, é responsável por 64,7% do total. Os trabalhadores na indústria respondem por 17%, comerciantes, 13,2%.



Por região

A parcela mais expressiva do 13º salário (48,5%) deve ser paga nos estados do Sudeste. No Sul, devem ser pagos 16,8%; Nordeste receberá 15,4%; Centro-Oeste terá 8,4% e Norte, 4,7%.

O Estado de São Paulo deverá ter cerca de R\$ 61,8

milhões, quase 28,7% do total do 13º salário do país e 59% da região Sudeste. São cerca de 21 milhões de pessoas beneficiadas.

O cálculo foi feito com dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desem-

pregados), do Ministério da Economia. Também foram consideradas informações da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTAS E RECADOS



Pegou muito mal

A Anvisa decidiu liberar a retomada dos testes da Coronavac, suspensa em função da morte de um voluntário sem qualquer relação com a vacina.



Sem formação na área

As contratações feitas pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de militares para o Ibama são irregulares, aponta auditoria do TCU.



Articulação dos ruralistas

Representantes do agronegócio se articulam para obter perdão das dívidas bilionárias do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).



Apagão no Amapá

Apagão pode se repetir pelo país se Eletrobras for privatizada. "Quando a iniciativa privada é colocada em setores estratégicos, o caos pode se instalar", aponta Dieese.

SAÚDE



COMENTE ESTE ARTIGO.
ENVIE UM E-MAIL PARA
DSTMA@SMABC.ORG.BR
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
DO TRABALHADOR E MEIO AMBIENTE

Apesar de estarmos vivendo uma pandemia, não podemos descuidar dos outros males que atingem os seres humanos. E, com a chegada do mês de novembro, chega, também, a campanha do Novembro Azul.

A campanha busca conscientizar a população a respeito do câncer de próstata. A próstata é uma glândula presente nos homens. O câncer de próstata acomete cerca de 15% dos homens, principal-

mente aqueles com mais de 65 anos de idade, e representa 10% de todas as mortes provocadas por câncer em pacientes do sexo masculino.

O toque retal permite detectar anormalidades na próstata, inclusive o câncer. Por isso, supere os preconceitos e não se deixe levar por fanfarronices como ser chamado de maricas e faça o exame regularmente, a partir dos 50 anos.

O exame é rápido (dura em

média 10 segundos), indolor e não traz riscos à saúde.

Apesar de ser tratado como piada e gerar constrangimentos, o toque retal possibilita ao médico avaliar a próstata, uma glândula do tamanho de uma noz que envolve a uretra e se localiza logo abaixo da bexiga, observando, por meio do toque, o formato, o tamanho e a textura da próstata e eventuais nódulos que podem ser indicativos de um tumor maligno.

Além de possibilitar detecção de alterações na glândula e do câncer de próstata, o exame de toque retal é utilizado em outras situações, como investigar a origem de problemas para urinar, como auxiliar no diagnóstico de apendicite, para detectar hemorróidas e descobrir a causa de perturbações intestinais ou presença de sangue nas fezes.

ABAIXO O PRECONCEITO

Tribuna
Metadigital

Sede
Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo
CEP: 09721-100 - Tel: 4128-4200
www.smabc.org.br - imprensa@smabc.org.br

Regional Diadema
Av. Encarnação, 290 - Piraporinha
CEP: 09960-010 - Tel: 4061-1040

Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
Rua Felipe Sabbag, 149 - Centro - Ribeirão Pires
CEP: 09400-130 - Tel: 4823-6898

Diretor Responsável: Moisés Selerges.
Repórteres: Luciana Yamashita e Olga Defavari.
Arte e Diagramação: Daniel Buzana.

f /SMABC i SINDMETALABC t @SMABC